

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	27
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	28
10.5 - Políticas contábeis críticas	29
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	34
10.8 - Plano de Negócios	35
10.9 - Outros fatores com influência relevante	36

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

No decorrer normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 0,5% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, de nosso endividamento total, aproximadamente 40% de nossos empréstimos e financiamentos em aberto estão em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas específicas. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2011, nossas operações cambiais de ACC e ACE em Dólar ou atrelado à variação do Dólar, representavam em

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

moeda estrangeira de curto e longo prazos, é equivalente a R\$ 22,9 milhões, ou 13,3%, do nossa Receita Líquida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

Nossa Companhia opera no mercado financeiro de modo conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Não operamos no mercado de swap e/ou hedge.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerencia financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Não se aplica a Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4. Outras informações que julgamos relevantes**

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, como o pacote “Brasil Maior”, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Opinião dos Nossos Diretores sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades para cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos de nossos investimentos;
- (iii) impostos sobre a receita relacionados a nossas atividades operacionais, tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI, bem como IR e CS sobre Lucro, e encargos e contribuições sobre mão de obra direta e indireta.

Nossa principal fonte de recursos é o caixa ou equivalente de caixa, gerado por meio de nossas atividades operacionais e empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a nossa geração de caixa operacional e os recursos gerados por nossas captações serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, foi de R\$ 24,0 milhões e o nosso resultado financeiro líquido foi de R\$ 11,8 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 2 vezes o resultado financeiro líquido no exercício.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, foi de R\$ 23,7 milhões e o nosso resultado financeiro líquido foi de R\$ 7,3 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 3,2 vezes o resultado financeiro líquido no exercício.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 26,7 milhões e o nosso resultado financeiro líquido foi de R\$ 5,6 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 4,8 vezes o resultado financeiro líquido no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Também utilizamos as linhas de capital de giro dos bancos privados como alternativas de financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventual descasamento das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo, contamos com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e no plano diretor, investimentos relevantes para expansão, havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**(i) contratos de empréstimo e financiamento;**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 26,9 milhões, sendo que R\$ 21,5 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 5,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 32,8 milhões, sendo que R\$ 14,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 18,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 36,2 milhões, sendo que R\$ 26,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 9,9 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela abaixo apresenta a composição de nosso endividamento em 31 de dezembro de:

Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Circulante		26.318	14.325	21.506
FINAME	TJLP+5%a.a	107	-	2.549

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ACC	7%a.a	11.631	6.983	1.761
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	10.721	6.359	8.474
Mutuo	CDI+0,80a.m	6.545	5.411	9.919
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	419	377	-
(-) Ajuste a valor presente	Anbid	(1.894)	(2.154)	(1.197)
Reclassificação juros apropriar	-	(1.211)	(2.651)	-

Não Circulante		9.904	18.441	5.479
FINAME	TJLP + 5% a.a	231	-	-
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	11.383	19.614	5.459
Outros	-	-	-	500
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	384	705	-
(-) Ajuste a valor presente	Anbid	(2.065)	(2.437)	(480)
Reclassificação juros apropriar	-	(29)	559	-

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
2009	-	-	-
2010	-	-	21.506
2011	-	14.325	2.712
2012	26.318	12.424	1.732
2013	8.955	6.017	1.035
2014	909	-	-
2015	40	-	-
TOTAL	36.222	32.766	26.985

A Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2011, celebrou contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, nas seguintes condições:

As Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, os empréstimos bancários da Companhia de 2011, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos sob a garantia de máquinas e equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, a prestação remunerada de fiança,aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80,0 milhões. Em 31 de Dezembro de 2011, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 36,1 milhões, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 752 mil, registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e publicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas

(iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Circulante	2.298	2.348	1.288
Não Circulante	98.554	97.275	99.216
	100.852	99.623	100.504

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000 de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063.

Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados bens do ativo imobilizado, em montante equivalente ao débito consolidado.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, também à disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais**

	2011	2010	2009
--	-------------	-------------	-------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Operacional Líquida	172.191	145.891	123.097
Custo dos Produtos Vendidos	(126.226)	(110.801)	(91.376)
Lucro Bruto	45.965	35.090	31.721
Receitas (Despesas) Operacionais	(682)	7.378	9.809
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(682)	7.378	9.809
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	(11.143)	(11.701)	(10.663)
Despesas gerais e administrativas	(11.955)	(11.966)	(11.370)
Remuneração dos administradores	(4.027)	(3.562)	(3.645)
Outras Despesas Operacionais	(8)	(24)	(435)
Despesas operacionais líquidas	(27.133)	(27.253)	(26.113)
Resultado antes das Receitas e (despesas) Financeiras	18.150	15.215	15.418
Despesas financeiras	(9.589)	(9.257)	(14.772)
Receitas financeiras	3.953	1.963	2.947
Resultado Financeiro	(5.636)	(7.294)	(11.825)
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	12.514	7.921	3.593
Provisões IRPJ e CSLL	(3.816)	(1.994)	(1.056)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.698	5.927	2.537
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	3,87	2,63	1,13

Análise das principais contas do resultado – 2011 x 2010**Receita Operacional Líquida**

Nossa receita operacional líquida foi de R\$ 172,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparada a R\$ 145,9 milhões no mesmo período em 2010, um incremento de 18,0% ou R\$ 26,3 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 67,0% da nossa receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 67,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 126,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 110,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões no mesmo período em 2010, representando um incremento de 13,9% ou R\$ 15,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 73% a 76% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respectivamente.

A tendência de redução do CPV são reflexos, principalmente, dos resultados oriundos dos planos de ação na redução de custos nos processos produtivos e também em função do mix de produtos produzidos.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando comparado aos gastos de R\$ 11,7 milhões no mesmo período em 2010 representando uma redução de 5,1%, ou R\$ 600 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram uma redução na ordem de 1,5 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2011 e 2010.

As despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas foram de R\$ 11,9 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$ 11,9 milhões no mesmo período em 2010, o que representou um alinhamento nos valores monetários. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 1,3 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 em comparação mesmo período em 2010.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 9,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados a R\$ 9,2 milhões no mesmo período em 2010 representando um aumento de 4,3%, ou R\$ 400 mil. A variação cambial se manteve equilibrada principalmente em função da estabilidade cambial e juros passivos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram da ordem de R\$ 3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra R\$ 1,9 milhões no mesmo período em 2010 representando um aumento de 105,3% ou R\$ 2,0 milhões, motivado pelo Ajuste a Valor Presente – AVP de Clientes.

Análise das principais contas do resultado – 2010 x 2009

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida foi de R\$ 145,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparada a R\$ 123,0 milhões no mesmo período em 2009, um incremento de 18,6% ou R\$ 22,9 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 67,0% da nossa receita operacional líquida foi proveniente do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mercado interno, em comparação a 54,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 110,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 91,4 milhões no mesmo período em 2009, representando um aumento de 21,2% ou R\$ 19,4 milhões.

Despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando comparado aos gastos de R\$ 10,7 milhões no mesmo período em 2009 representando um aumento de 9,3%, ou R\$ 1,0 milhões. Em relação ao percentual da receita líquida, as despesas com vendas tiveram uma oscilação de aumento na casa de 0,7 pontos percentuais de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2010 e 2009. O aumento monetário das despesas comerciais está intrinsecamente relacionado ao aumento das Receitas.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 15,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$ 15,4 milhões no mesmo período em 2009, o que significou um aumento de 0,7%, ou R\$ 100 mil. Relacionando com a receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram 1,8 pontos percentuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 em comparação mesmo período em 2009. A redução na participação das despesas comerciais está intrinsecamente relacionado ao aumento das Receitas.

Despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 9,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a R\$ 14,8 milhões no mesmo período em 2009 representando uma diminuição de 37,8%, ou R\$ 5,6 milhão. O maior efeito se deu em função da variação cambial de R\$ 5,3 milhões para o exercício findo de 2009.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram de R\$ 1,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra R\$ 2,9 milhão no mesmo período em 2009, representando um aumento de 35,6% ou R\$ 1 milhão. Os efeitos comparativos para este exercício são especificamente créditos de impostos oriundos de levantamento extemporâneos, ajustes positivos cambiais e juros sob aplicações financeiras.

Balanco Patrimonial – em Milhares de Reais

Ativo	31/12/11	31/12/10	31/12/09
-------	----------	----------	----------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Circulante**

	12.942		22.863
Caixa e equivalentes de caixa		16.206	
Contas a receber	28.842	21.840	14.824
	20.736		13.494
Estoques		20.241	
Impostos a recuperar	7.005	5.965	5.173
Outras contas a receber	2.512	1.786	1.470
Despesas antecipadas	161	106	1.395
Total do ativo circulante	72.198	66.144	59.219

Não circulante

Realizável a longo prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	10.970
diferidos	1.420	-	-
Ativo Atuarial			
Depósitos judiciais	261	1.630	9.248
Outros créditos	2.432	2.383	543
	161.175		154.352
Imobilizado		158.089	
Intangível	523	614	959
Total do ativo não circulante	165.811	162.716	176.072
Total do ativo	238.009	228.860	235.291

Passivo	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Circulante			
Empréstimos	26.318	14.325	21.506
Fornecedores	7.985	8.017	4.322
Programa de recuperação fiscal – REFIS	2.298	2.348	1.288
Impostos e contribuições	1.752	1.844	3.609
Incentivo Fiscal – PRODEC	2.878	1.876	2.145
Arrendamento mercantil – leasing	727	949	1.014
Adiantamentos de clientes	2.260	1.610	2.376
Provisão para férias e encargos	4.667	4.399	2.867
Provisão para contingências	378	916	11.026
Outros contas	2.283	3.998	3.053
Total do passivo circulante	51.546	40.282	53.206
Não circulante			
Programa de recuperação fiscal – REFIS	98.554	97.275	99.216

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

IR e CSdiferidos	20.753	19.846	31.146
Impostos e contribuições	243	1.639	1.220
Arrendamento mercantil – leasing	270	926	1.585
Incentivo Fiscal - PRODEC	544	3.234	3.557
Empréstimos	9.904	18.441	5.479
Provisão para contingência	360	-	-
Passivo Atuarial	395	475	-
Total do passivo não circulante	131.023	141.836	142.203
Patrimônio líquido			
Capital Social	8.594	8.594	8.594
Prejuízos Acumulados	(7.287)	(19.859)	(29.175)
Outros resultados abrangentes	54.133	58.007	60.463
Total do patrimônio líquido	55.440	46.742	39.882
Total do passivo	238.009	228.860	235.291

Análise das principais contas do balanço patrimonial**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Caixa e Contas Movimento	314	1.136	6.233
CBDs	7	492	4.576
Renda Fixa	12.621	14.578	12.054
TOTAL	12.942	16.206	22.863

Em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 101% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Mercado Interno	11.102	5.022	4.509
Mercado Externo	18.243	17.589	11.552
(-) Ajuste a valor presente	(320)	(317)	(64)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(183)	(454)	(232)
(-) Adiantamento de Contratos de Exportação	-	-	(941)
TOTAL	28.842	21.840	14.824

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(454)	(232)	(233)
Adições	-	(302)	(120)
Recuperações/realizações	271	80	121
Saldo no final do exercício	(183)	(454)	(232)

Estoques

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Produtos Acabados	1.889	2.202	1.308
Produtos em Elaboração	13.177	12.473	7.616
Matéria Prima	1.430	1.559	984
Materiais Auxiliares	2.437	2.376	1.697
Outros Materiais	1.440	1.303	1.235
Mercadorias em Consignação	363	328	654
TOTAL	20.736	20.241	13.494

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para os exercícios findos em 2011, 2010 e 2009 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Impostos a recuperar

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	7.595	3.622	1.811
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	1.842	2.970	3.219
	9.437	6.592	5.030
Circulante	7.005	5.965	5.173
Não Circulante	2.432	627	-

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A Administração não espera perdas na realização destes créditos.

Imobilizado**Movimentação do Ativo Imobilizado - 2011:**

Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e	Móveis e Utensílios	Imobilizados Em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
--	---	----------------------------	------------------------------	-------------------------------	----------------------------	--------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Moldes****Custo:****Em**

1º/Janeiro/2011	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263
Adições	2.769	1.644	66	6.583	-	408	11.470
Transferências	2.537	(2.873)	(2.191)	(1.339)	(1.218)	(266)	(5.350)
Baixas	-	(190)	(21)	-	-	(41)	(252)
Em							
31/Dezembro/2011	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131

Depreciação**Em****1º/Janeiro/2011**

(Acumulada)	(17.373)	(89.690)	(4.755)	-	(917)	(1.439)	(114.174)
Depreciação	(1.368)	(5.972)	(321)	-	(282)	(189)	(8.132)
Transferência	(2.565)	5.230	2.199	-	455	31	5.350
Em							
31/Dezembro/2011	(21.306)	(90.432)	(2.877)	-	(744)	(1.597)	(116.956)

Valores Residual**Líquido:****Em****31/Dezembro/2010****Em**

31/Dezembro/2011	86.564	60.277	1.702	6.435	2.601	510	158.089
-------------------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	------------	----------------

31/Dezembro/2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175
-------------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	--------------	------------	----------------

Movimentação do Ativo Imobilizado - 2010:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados Em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
<u>Custo:</u>							
Em 1º de Janeiro de 2010	102.409	138.857	6.659	7.930	3.228	1.659	260.742
Adições	828	3.273	252	6.887	290	192	11.722
Transferências	707	7.992	(436)	(8.382)	-	119	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Baixas	(7)	(155)	(18)	-	-	(21)	(201)
Em							
31/Dezembro/2010	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263

Depreciação

Em							
1º/Janeiro/2010							
(Acumulada)	(16.255)	(83.754)	(4.275)	-	(589)	(1.210)	(106.083)
Depreciação do							
Exercício	(1.117)	(5.936)	(481)	-	(329)	(228)	(8.091)
Em							
31/Dezembro/2010	(17.372)	(89.690)	(4.756)	-	(918)	(1.438)	(114.174)

Valores Residual**Líquido:**

Em 31 de							
Dez/2010	86.565	60.277	1.701	6.435	2.600	511	158.089

- i) Valores oferecidos em garantia** - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

Valores segurados – os Ativos Imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão, e vendavais, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica.

- ii) Custo atribuído** – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

	Vida Útil	Vida
--	------------------	-------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Classe de Imobilizado	Anterior	ÚtilAtual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

Intangível**Movimentação do Ativo Intangível - 2011:**

	Software
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2011	2.635
+Adições/ (-) Transferências	312
(-) Baixas	(3)
Em 31 de Dezembro de 2011	2.944
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2011	(2.021)
Amortização do Exercício	(400)
Em 31 de Dezembro de 2011	2.421

Movimentação do Ativo Intangível – 2010:

	Software
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	2.487

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

+Adições/ (-) Transferências	148
(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2010	2.635

Amortização:

Em 1º de Janeiro de 2010	(1.528)
Amortização do Exercício	(493)
Em 31 de Dezembro de 2010	(2.021)

Valores Residual Líquido:

Em 31/Dezembro/2010	614
Em 31/Dezembro/2011	523

As seguintes vidas úteis são utilizadas para calculo da amortização:

<u>Classe de Intangível</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual</u>
Software	3 a 5 anos	4 anos

Outras Receitas Operacionais

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Outras receitas			
Reversão de Multas e Juros	345	1.910	3.568
Despesas Recuperadas	637	613	5.436
Outras Receitas	173	1.322	3.527
Outros Itens Extraordinários	-	3.797	-
	1.155	7.642	12.531
Outras despesas			
Perdas Operações M.Externo	(483)	(288)	1.712
Outras Despesas	(1.362)	-	1.444
	(1.845)	(288)	3.156
Receitas (Despesas) Operacionais	(690)	7.354	15.687

Informações gerais**a) Contingências**

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
-----------------	-----------------	-----------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Trabalhistas	378	411	481
Tributárias	360	504	10.545
	738	916	11.026
Circulante	378	916	481
Não Circulante	360	-	10.545

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade e periculosidade. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 378 mil em 31 de Dezembro de 2011 (R\$ 916 mil para 2010 e R\$ 481 para 2009) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de R\$ 929 mil, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de êxito da Companhia nestes processos será possível ou provável.

b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Ações trabalhistas	261	306	197
Tributárias	-	1.324	9.051
	261	1.630	9.248

Após tramitado e julgado a favor da Companhia, registrou-se o crédito tributário referente a Ação contra o INSS, tendo assim êxito a sentença.

c) Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.14 das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP de 2011, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente, a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão de R\$ 395 mil:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um plano de benefício definido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados. Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação.

A Companhia possui ativo atuarial reconhecido em seu balanço no montante de R\$ 1.240 mil sendo que a realização do ativo atuarial ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Obrigações com Benefício pós – emprego:

A Electro Aço Altona S.A implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados, garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Contudo, em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego, reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 anos quando Conselheiros de Administração.

d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados mensalmente serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estender-se a 168 meses a partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500 mil. No exercício de 2008 houve um adendo ao contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859 mil, passando então para R\$ 15.359 mil o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Circulante	2.878	1.876	2.145
Não Circulante	544	3.234	3.557
	3.422	5.110	5.702

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/11
2013	163
2014	381
TOTAL	544

A partir de Agosto de 2010, a Companhia está cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC o pagamento da prorrogação concedida no programa, sendo que o montante de quitação perfaz R\$ 3.019 mil.

e) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063.

Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia discute também no âmbito administrativo a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.287 mil em 31 de Dezembro de 2011.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Circulante	2.298	2.348	1.288
Não circulante	98.554	97.275	99.216
	100.852	99.623	100.504

f) Crédito de IR/CS

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes dos impostos	12.514	7.921	3.593
IR/CS a alíquota de 34%	(4.255)	(2.693)	(1.222)
(Exclusões)/adições			
Diferenças permanentes	235	(20)	-
Tributos diferidos não contabilizados no período	204	719	166
Total	(3.816)	(1.994)	(1.056)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre elas, as montadoras de autopropulsores, geração de energia e mineração.

(ii) fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro e crescimento globalizado de expansão dos mercados que nossos clientes atuam.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito a recuperação pos-crise. O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 5% em dezembro de 2010 e manteve estável em 2011. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,1% em 31 de dezembro de 2009 para 6,7% em 31 de dezembro de 2010 e 6% em ao final de 2011. (fonte IBGE)

O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano, que se estendeu em 2009. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a desaceleração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010, tivemos uma recuperação considerada moderada para exercício de 2011.

No ano de 2011, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 6,5%, (2010 5,9% e 2009 4,3%). Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%), que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, em 10% ao ano em 2010 para 10,75% ao ano em 31 de dezembro de 2009 11%.

Fonte:BCB

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

Como podemos ver, nos últimos anos a as taxas inflacionarias estão mais estáveis, vindo de encontro, principalmente a política monetária imposta pelo Governo Federal, incluindo mudanças periódicas nas taxas de juros, além da valorização do Real em relação ao Dólar nos últimos três anos. Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossa receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro nosso resultado financeiro.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preço. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou uma redução de 37,9% em relação ao ano anterior, redução esta que totalizou R\$ 75 milhões. Com as efetivações dos planos de ações para conter a crise de 2009 e conseqüentemente na retomada dos negócios para continuidade nos anos seguintes, recuperamos de forma satisfatória o faturamento em volume, muito embora o preço médio ainda é pauta para recuperação comercial onde estão trabalhando o pleito. Comparando nossa Receita Operacional Líquida – ROL de 2009 para 2011 tivemos um incremento de R\$ 49 milhões ou 39%.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

De certa forma somos afetados pela inflação, reajustes de preços das commodities que são na sua maioria reguladas pelas bolsas de valores, onde nosso desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, nossos custos e despesas operacionais incorrida em Reais são reajustada pela inflação, impactando nossa receita bruta de vendas uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Buscamos constantemente o crescimento de nossa receita líquida e rentabilidade da margem de contribuição, nos principais segmentos que atuamos, infra-estrutura, geração de energia e mineração. Buscamos atingir os objetivos traçados em nosso planejamento estratégico, focados no crescimento, e na geração de caixa contábil.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Na opinião de nossos Diretores, é parte de nossa estratégia de negócios a expansão para uma nova unidade, mais moderna e com logística apurada, com o objetivo de atender a demanda de peças de grande porte.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Os pronunciamentos que se tornaram efetivos ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, e que afetaram de forma relevante os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, referem-se à:

- Pronunciamento CPC 27 e Interpretação ICPC 10 – Ativo Imobilizado.
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPCs deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2011 e 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes. Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemedcost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a Companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões**Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação ou uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser exigida. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com Instituições Financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*

Plano de Participação nos Resultados

A Companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada no item acima: letra f) Créditos de IR/CS.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia avaliam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados e eficazes. Visando o crescimento e melhoria destes controles internos, a Companhia vem investindo em projetos *Lean Manufacturing* e ferramenta de suporte *Qlikview* para controle de custos e geração de informações gerenciais.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada diretamente a Diretoria, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações: financeiras, orçamentária e gerencial.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia tem implementado as mudanças determinadas pela CVM, para adequar os controles contábeis ao nível internacional. Igualmente implantou a nota fiscal eletrônica, o SPED Contábil e Fiscal, e mais recentemente SPED do PIS e COFINS.

Ainda assim, a auditoria recomendou à atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias e melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais.

É da política da Companhia a melhoria contínua, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando esta melhoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de ações,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.